

Travessieiras

J. P. Mendes Gomes
[Signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 61

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e nove, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na quinta reunião da sessão ordinária de Novembro, sob a Presidência do Primeiro Secretário, António dos Santos Costa, no impedimento legal do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais, José Carlos da Silva Neves, Primeiro Secretário no impedimento legal do Primeiro Secretário e com a presença dos Vogais, Albertino Moreira de Oliveira, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Carlos Alberto de Jesus Moreira, Elias de Oliveira Vieira, António Ferreira da Silva, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, Fernando dos Santos Manata, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Gaspar Fernandes, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Branco Pontes e Artur José Lopes Lobo.

Pelas 21,00 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Jorge Manuel do Nascimento, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, Carlos Natividade da Costa Candal, Helder Oliveira dos Santos Filipe, António José Valente, Manuel Simões Madail, Manuel Tavares Duarte, António Norberto da Silva Correia, Amândio Ferreira Canha Júnior e Libério da Silva Santos.

Supra
Supra 2
M

Imediatamente a seguir o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Carlos Natividade Costa Candal, José Fernando da Silva Caldeira Betencourt, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Manuel Arede de Jesus, Fernando dos Santos Manata e Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Ainda no uso da palavra o Presidente submeteu à votação as seguintes actas:

ACTA Nº 52 - Aprovada por dezoito votos a favor e três abstenções;

ACTA Nº 53 - Relativa ao dia vinte e seis do mês de Setembro. Por falta de "quorum" não se realizou a reunião correspondente à presente acta;

ACTA Nº 54 - Aprovada por dezoito votos a favor e três abstenções;

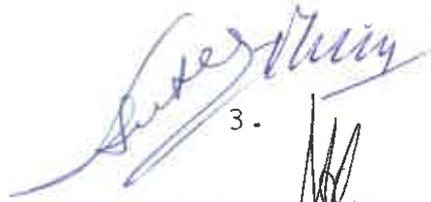
ACTA nº 55 - Relativa ao dia dezoito do mês de Novembro. Por falta de "quorum" não se realizou a reunião correspondente à presente acta.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal António Ferreira da Silva, nos seguintes termos: - "Abstive-me na ACTA Nº 52, porque estive ausente".

Imediatamente a seguir o Presidente, submeteu à consideração da Assembleia a existência ou não de período de antes da Ordem do Dia, tendo-se esta pronunciado favoravelmente por treze votos a favor, um contra e sete abstenções. .

Usou da palavra o Vogal Carlos Jerónimo e reportando-se à visita recentemente efectuada ao concelho pelos membros desta Assembleia, manifestou o seu descontentamento, pois considerou não se ter efectuada uma visita ao concelho, mas uma visita a Aveiro, o que de certo modo, vem contrariar o espírito que esteve na origem da sugestão destas visitas, e que era fundamentalmente levar ao conhecimento dos Deputados Municipais, as realidades do concelho rural - não do urbano - já que este quase necessariamente

mente toda a gente conhece.

3. 
Prosseguindo, referiu o facto de se sentir defraudado nas suas expectativas, dado que a seu ver a visita efectuada não representou mínimamente nada daquilo para que ela tinha sido sugerida. Inclusivamente disse pensar, que os Presidentes de Junta, se deveriam sentir também frustrados pela forma como a visita decorreu, à excepção das Juntas de Freguesia de Vera-Cruz e Glória, pois na realidade foram as Freguesias que efectivamente foram visitadas. Considera merecer especial relevo, atenção que a Junta de Freguesia de Oliveirinha, prestou aos membros da Assembleia que faziam parte da comitiva, recebendo-os fidalgamente; no entanto a Freguesia de Oliveirinha deve sentir-se de alguma forma defraudada por não ter podido ela própria, mostrar aos membros desta Assembleia Municipal, algumas carências, alguns problemas com que a Freguesia se debate e que naturalmente os elementos que constituem esta Assembleia, estão nela para participarem e ajudarem a resolver os problemas do concelho e como tal devem ter acesso a um conhecimento mais concreto das realidades do concelho. A terminar e em síntese, referiu que a visita efectuada ficou muito aquém de corresponder mínimamente aos objectivos, para que inicialmente tinha sido apontada.

Tomando a palavra o Presidente da Mesa, Santos Costa, salientou que depois do almoço na Freguesia de Oliveirinha ficou mais ou menos do conhecimento de todos os deputados, que a visita ao concelho iria portanto continuar. E chegou-se à conclusão unânime de que efectivamente um dia para tomar contacto com as realidades e com os vários problemas com que cada Freguesia se debate, é muito pouco; daí estar concerteza no espírito de todos uma sequência de novas visitas.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Ferreira da Silva, que começou por dizer que quase prescindia da intervenção, pois considerou o assunto que tinha em mente abordar, já explanado pela anterior intervenção. No entanto referiu que nem tudo foi assim tão negativo e isto porque aquilo que se teve oportunidade de visitar, ficou-se de facto a conhecer melhor. Só que e de acordo com o que vinha sendo sugerido há vários anos nesta Assembleia, era efectivamente uma visita às zonas mais rurais do nosso concelho. A finalizar considerou não ter sido tempo mal

4.

gasto; no entanto reputa de necessidade urgente, dar-se a conhecer aos membros da Assembleia Municipal, o concelho para além da zona urbana, sendo também de opinião que deveria ser a própria Assembleia a fazer a escolha do itinerário e não o Executivo a condicionar o projecto da visita.

Usando novamente da palavra o Presidente da Mesa disse não pretender polemizar esta questão, no entanto disse pensar que neste tipo de visita, tem que haver sempre alguém que guie a mesma. Considera ainda estar em melhor posição para informar os membros da A.M., o que de novo é feito em cada Freguesia, alguém portanto que faça parte do Executivo, e que no caso em apreço foi o próprio Presidente da Câmara. Por último referiu que se algum dos Snrs. deputados, fizesse questão de visitar este ou aquele local, concerteza que esse desejo seria satisfeito.

Neste momento deram entrada na Sala os Vogais José Fernando Caldeira Bettencourt e Rogério da Silva Leitão.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Fernando Augusto de Oliveira, que começou por colocar algumas questões e solicitar alguns esclarecimentos. Assim manifestou o desejo de saber se o pavimento das bermas da E.N.109, entre Cacia e as proximidades do "Pingo Doce", vai continuar e se a colocação de massa asfáltica se estende até à fábrica de tintas da "Livercor", em Cacia.

Seguidamente manifestou interesse em saber quais os motivos que estiveram na origem da interrupção dos trabalhos, dado que considera esta obra extraordinariamente positiva. Solicitou informação também sobre as obras adjudicadas há mais de um ano em Sarrazola e Cacia, de abastecimento de água domiciliária, e para quando o seu fornecimento, já que estão muitos poços sem água e torna-se portanto muito urgente a ligação dos respectivos ramais domiciliários. Chamou atenção também para os incómodos que provoca quer a peões e automóveis o desnivelamento das caixas de água que entretanto foram colocadas, tornando-se urgente que se faça uma pavimentação uniforme tendo em vista obstar estes inconvenientes. Referindo-se à obra de arte a implantar na Pateira da Samouqueira e integrada na I.P.5, disse nada se vislumbrar apesar de Lisboa ter confirmado que o estudo estava a ser elaborado; aguarda que este problema se resolva a bom termo, tendo em vista a que a povoação da área da Quintã do Loureiro e de outras a montante, não sejam vítimas das inundações cíclicas dos campos, resultantes

Luís Sáez
5. *[Signature]*

da abundância de águas nestas zonas. Considerou também errada a planificação de projectos em gabinetes distantes (Lisboa), por técnicos que desconhecem localmente as situações, reputando de fundamental a consulta aos Autarcas locais, pois entende que ninguém melhor que eles poderá colaborar no fornecimento de informações correctas e realistas, dado que por força das circunstâncias estão permanentemente em contacto no seu dia a dia com as realidades locais.

Aproveitou também para suscitar o velho problema da Estrada Dique/Aveiro-Murtosa, pois considera que mais que nunca se tem falado tanto neste problema em consequência da projectada construção dos "polders" no Baixo-Vouga e nesta que seria uma importante via de comunicação. Entende ser esta a grande oportunidade para que o velho projecto da Estrada Aveiro/Murtosa, se possa conjugar com o Dique, que vai ou irá ser construído a curto prazo. Esta obra seria de tal importância, que para além da sua utilidade diária, resolveria a concretização de uma ponte sobre o Rio Novo do Príncipe, velha aspiração dos agricultores de Vilarinho, Póvoa e Sarrazola, pois mais dia menos dia o batelão, que presta serviço no Rio Novo do Príncipe, em consequência da deterioração do material não será muito mais tempo utilizável; e então a única alternativa que se depara é a Ponte do Outeiro, a qual apresenta certa perigosidade, resultante do aluimento de alguns suportes. Prosseguindo apelou para os representantes de Aveiro, Murtosa, Estarreja, e Albergaria-a-Velha, dado que são áreas confinantes, no sentido de fazerem pressão, para que esta velha aspiração da Estrada Dique - Aveiro-Murtosa, venha a ser uma realidade, tendo desde já todo o apoio que for necessário, por parte da Freguesia de Cacia.

Finalmente aproveitou para dar conhecimento à Assembleia Municipal e à Câmara, de que a Junta de Freguesia de Cacia, recebeu recentemente um ofício da "PORTUCEL", dando a conhecer que dará um subsídio de três mil contos, para a construção da Piscina de Cacia, devendo a Câmara promover o mais urgente possível todo o desenvolvimento do processo de adjudicação, para que ainda este ano seja possível concretizar o empreendimento.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Armando Vieira e no âmbito da visita ao concelho e na sequência das anteriores intervenções, manifestou também um pouco a sua decepção

6.

pela forma como a visita foi conduzida. Referiu também que fica aguardar que se marque nova visita o mais rapidamente possível, para se poderem cumprir assim os objectivos que estiveram na origem destas visitas ao concelho e que são ao fim e ao cabo permitir um melhor conhecimento do mesmo aos membros da Assembleia e pô-los em contacto directo com os problemas de cada Freguesia.

Seguiu-se no uso da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, que manifestou o desejo de ser informada sobre quais os trâmites processuais legais, necessários desenvolver tendo em vista fazer aprovar em Bruxelas, projectos que sejam candidatos aos Fundos Comunitários.

Usou novamente da palavra o Vogal Carlos Jerónimo para abordar questões relacionadas ainda com a visita ao concelho, referindo que foram ventiladas algumas sugestões à cerca da forma como a continuação da visita ao concelho se irá processar, no entanto nenhuma dessas sugestões foi formalizada ou votada. Disse também ser sua opinião pessoal, que o Presidente da Câmara ou o Executivo, devem acompanhar e esclarecer todos os problemas que se deparam durante essas visitas ao concelho. Entende ainda que os Presidentes de Junta, devem na sua zona territorial, darem as achegas que entenderem convenientes. A terminar considerou que a grande dificuldade reside fundamentalmente no delinear do trajecto. E neste aspecto referiu que a Assembleia deve previamente ser informada e deve também intervir no sentido de definir qual o trajecto a seguir.

Retomando a palavra o Presidente da Mesa, disse que está irá tomar nota destas sugestões, que as mesmas irão ser tidas em linha de conta e concerteza que futuramente será escolhida a melhor opção.

Usando novamente da palavra o Vogal Armando Vieira, e a propósito da intervenção feita pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cacia, referiu ser com satisfação que o ouviu dizer que tem um subsídio da "Portucel", de três mil contos para a construção da Piscina de Cacia. Lamentou o facto da Freguesia de Oliveirinhã, não ter na sua zona territorial uma "Portucel", no entanto e em termos de antiguidade a Piscina de Oliveirinha é muito mais antiga. Entende perfeitamente que deve ser construída a Piscina de Cacia, bem como todas as outras, no entanto referiu que a Câmara de Aveiro, deverá tomar em linha de conta, que a

Luís Sáez
7.

Piscina de Oliveirinha, teve o seu início há vários anos e como tal presume que estará prioritariamente à frente em termos de conclusão de trabalhos.

Seguiu-se no uso da palavra o Vereador Vitor Silva e comentando as intervenções no âmbito da visita ao concelho, começou por dizer que tanto quanto julga a cidade também faz parte do concelho e quando se acordou aqui na Assembleia a visita ao concelho, não se definiu previamente o percurso, penso no entanto que foi intenção do Presidente da Câmara e nomeadamente de todo o Executivo, mostrar as obras que são importantes para a cidade e obviamente para o concelho. O facto de não se ter ido para a zona rural, deve-se única e exclusivamente ao facto, primeiramente de uma saída já tardia, depois as explicações que como é óbvio se torna necessário dar relativamente a obras visitadas e enfim o percurso em si também absorveu parte deste tempo. Disse ainda que à partida estava nas intenções do Executivo a visita às Freguesias de Eixo e Cacia, só que entretanto o tempo esgotou-se e não foi possível visitá-las. No entanto referiu que estas visitas não se esgotaram e a Assembleia tem toda a legitimidade para marcar outra data para uma próxima visita, pois considera não ser assim tão problemático a visita às obras do concelho.

Relativamente ao abastecimento de água domiciliária, a Cacia, presume que no prazo máximo de um mês, se estará em condições de fazer a ligação dos ramais domiciliários em Cacia. Esclareceu também que esta ligação ainda não foi feita pelo facto da Estação de Tratamento de Águas, de apoio à zona norte e que se situa nas imediações da Quinta do Simão, ainda não estar concluída, pois as águas que irão servir aquela zona, são extremamente ferrosas e não é possível pôr aquela água na conduta sem tratamento prévio, contudo esta obra está também já em adiantada fase de conclusão. No que se refere aos trabalhos de reposição de pavimento estão adjudicados e aguarda-se a disponibilidade do empreiteiro para dar início aos mesmos. No que concerne à obra de arte a levar a efeito na Samouqueira, por força da I.P.5, referiu que se trata de um trabalho da jurisdição da J.A.E. e a informação que tem neste momento é de que o projecto ainda não está pronto. No entanto o que importa para Cacia e para aquela zona, é que a obra seja efectivamente feita naquele local, tendo em vista uma melhor drenagem das águas.

Abordando seguidamente a questão da Estrada

Dique/Aveiro-Murtosa, disse não ter a Câmara qualquer informação sobre este projecto. A única coisa que se sabe e de que se tem conhecimento é do "polder" piloto que se está a construir na zona de Sarrazola e que aponta para um Dique, não para uma estrada. No entanto disse pensar que o problema da Estrada Aveiro/Murtosa não está parado e o organismo que estará mais ligado a esse problema é o Gabinete do Baixo-Vouga. Por último e relativamente à questão suscitada pela Vogal Maria Antónia e relacionada com as candidaturas ao Feder, esclareceu que as coisas funcionam da seguinte maneira:- Existem os Gabinetes Técnicos Locais (G.A.T.s), existem os agrupamentos de Câmaras, que têm um representante na C.C.R.C. , no caso concreto do agrupamento de Aveiro, a representante é a C.M.Estarreja, pesidida pela Dra. Lurdes Bréu, que defende dentro do agrupamento as verbas para este núcleo. O núcleo de Câmaras tem por hipótese uma determinada verba a atribuir e que será depois distribuída pelas Câmaras do agrupamento. Estas verbas são defendidas pela representante, na C.C.R.C., sendo posteriormente discutidas pelas Câmaras nos respectivos GATs, e de cada verba distribuída pelas Câmaras do agrupamento, implicará a organização de um processo de candidatura, o qual deverá obedecer a uma certa orientação - sendo que até ao momento as prioridades vão respectivamente para Águas e Saneamento e Estruturas Rodoviárias.

A Câmara de Aveiro tem conseguido fazer aplicação de todas as verbas postas à disposição. Os processos são devidamente organizados e complementados com a informação do GAT de Aveiro, posteriormente seguem para a CCRC, que por sua vez remete o processo a Lisboa para o Ministro da Tutela, o qual se considerar o processo bem organizado e obra prioritária dentro dos parâmetros definidos, remete o processo com parecer favorável a Bruxelas, onde normalmente é aprovado. Existem também as candidaturas extraordinárias, caso por exemplo do Centro de Exposições, para Aveiro, entre outras, que são portanto verbas extraordinárias e que tem que ter o aval do Ministro da Tutela, também.

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se à apreciação e discussão da ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

Santos *Nery*
9.

M

PONTO Nº 11 - PLANO DE PORMENOR DO COJO
ALTERAÇÕES A INTRODUIZIR

Seguiu-se no uso da palavra o Arquitecto Rui Barreiros Duarte, responsável pelo Plano de Pormenor do Cojo, que fez uma explanação à cerca das alterações a introduzir no referido projecto, nomeadamente alterações no sentido de lhe retirar densidade, e que são ao fim e ao cabo o reflexo de uma nova atitude da Autarquia, face à ocupação daquele espaço citadino, no qual as preocupações de rentabilização sob o ponto de vista social do empreendimento, suplantaram a rentabilização económica que havia nortear o projecto inicial.

Assim, além da redução da volumetria, de algum modo aconselhada pelas características planas da cidade, houve a preocupação também de estabelecer a unidade arquitectónica do conjunto, não se limitando à definição do número de pisos e tipo de ocupação e isto apesar da geometria difícil do local de implantação, condicionada pela Ria e pelo Cemitério Central.

Outra das ideias que presidiu à elaboração do projecto, segundo o Arqtº Barreiros Duarte, foi a de criar espaços de encontro que servissem as actividades dos tempos livres, tais como praças, esplanadas, percursos para peões e galerias cobertas, sendo o alinhamento do lado da ponte-praça feito pelo edifício da Capitania, para permitir assim, que seja dada uma panorâmica da parte antiga da cidade. A finalizar considerou como grande variante deste Plano, em relação ao anterior a sua rentabilização em termos sociais.

Neste momento entrou na sala o Presidente da Assembleia, Francisco Fernando da Encarnação Dias.

Usou seguidamente da palavra o Vogal José Bettencourt, para levantar uma questão relativa a todo o estacionamento automóvel que hoje é feito no Cojo, dado que considera que a área de estacionamento prevista no projecto é escassa e isto para dar apoio a lojas, habitação, esplanadas, eventualmente Hotel etc., que necessariamente irá gerar mais afluência de viaturas automóveis, que como é evidente terão que ter algum local para poderem estacionar, portanto a questão que coloca é a de saber se estes aspectos foram devidamente equacionados.

Outro aspecto que abordou está relacionado com a via de sentido único ao longo do Canal, a qual, lhe parece não possuir a largura suficiente para se fazer a circulação automóvel nos dois sentidos, o que em horas de grande afluência de tráfego originará problemas de fluidez de trânsito nessa artéria.

A terminar e referindo-se às condições climatéricas da Região Aveirense, anormalmente assolada pelos ventos dominantes, considerou que os mesmos poderão ser um obstáculo à utilização da zona de esplanadas e de lazer e quais os cuidados postos no estudo de protecção climatérica, visando acautelar a rentabilização ao máximo do funcionamento das referidas zonas que o projecto prevê.

Usando novamente da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, reconheceu que as alterações propostas veem melhorar alguma coisa, no entanto disse considerar que continua haver uma ocupação quase exaustiva de todos os espaços disponíveis, bem como uma grande aglomeração de construção. Manifestou ainda interesse em saber se foi tido em linha de conta em todo este arranjo arquitectural, a articulação de toda esta zona com o Mercado Manuel Firmino.

Entretanto saíram da sala os Vogais Isidro de Oliveira Fernandes, Fernando Tavares Marques e Manuel Branco Pontes.

Retomando a palavra o autor do projecto teceu longas considerações de carácter técnico-urbanístico, dando esclarecimentos às questões que lhe foram colocadas.

Seguidamente O Presidente submeteu à votação o PONTO Nº 11 - PLANO DE PORMENOR DO COJO-ALTERAÇÕES A INTRODUIZIR tendo o mesmo merecido aprovação por treze votos a favor e oito abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Carlos Jerónimo nos seguintes termos: - " queria dizer que me abstive, porque continuo a considerar que há uma densificação demasiada daquela zona, que é uma zona extremamente sensível, dentro da cidade plana que nós somos e da Ria que ali está mesmo junta e por isso me abstive, sem querer deixar de dizer que de qualquer forma considero este projecto, apesar desse senão, da densifica-

ção, se calhar extremamente embelezador desta zona Central de Aveiro".

Seguiu-se também uma declaração de voto do Vogal Ferreira da Silva: - " abstivemo-nos pela indefinição das alterações propostas".

Neste momento assumiu a direcção dos trabalhos o Presidente da Assembleia, Encarnação Dias.

AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES

Imediatamente a seguir usou da palavra o Snr. Presidente da Câmara e dirigindo-se ao Presidente da Mesa e aos membros da Assembleia, lembrou que numa das últimas reuniões da Assembleia Municipal, solicitou para que a rúbrica AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES, não fosse considerada encerrada, não tendo a Assembleia, levantado qualquer objecção ao pedido formulado.

Considerando a referida rúbrica em aberto, solicitou à Mesa e à Assembleia, autorização para a apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que a mesma seja enquadrada na rúbrica Aquisições e Alienações, da reunião ordinária de Novembro, uma vez que ficou em aberto e considerando também a urgência que a Câmara tem na resolução deste problema: - Deliberação de Câmara de 20.02.89. "AQUISIÇÃO DE BENS: - De acordo com a proposta efectuada pelo Gabinete de Operações Urbanas, foi deliberado, por unanimidade e por proposta do Vereador Dr. Pires dos Santos, adquirir um prédio na Rua de Sá, nº 49 da Freguesia da Vera-Cruz, deste concelho, pertencente a herdeiros de Dr. José Guilherme Mieiro de Campos. A aquisição do referido imóvel é feita pelo valor global de dezanove milhões de escudos e torna-se necessário a abertura da Avenida Central de Sá-Barrocas. O pagamento será efectuado do seguinte modo: cinquenta por cento aquando da assinatura do contrato-promessa de compra e venda e o restante, noventa dias após e com a celebração da respectiva escritura, ficando ainda a cargo da Câmara os encargos decorrentes do realojamento dos respectivos inquilinos".

Seguidamente o Presidente da Câmara, justificou a premência em colocar hoje este problema, pela necessidade imperiosa de se passar da Rua de Sá, para o interior do Plano de Sá-Barrocas. Significando que, a não aquisição deste imóvel, condicionará todo o desenvolvimento do Plano das Barrocas. Explicou que se trata de uma deliberação que carece da aprovação da Assembleia, dado tratar-se de uma verba, cujo valor ultrapassa os dez mil contos e como tal submete-se à consideração da A.M., a inclusão deste ponto na agenda de trabalhos.

Usando da palavra o Vogal Carlos Jerónimo pôs interrogações quanto à legalidade da Assembleia de Novembro, ir aprovar uma deliberação de Câmara que lhe é posterior, ainda que essa aprovação só agora vá ocorrer.

Intervindo também a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, questionou sobre a legitimidade da Assembleia alterar a ordem de trabalhos da convocatória.

Retomando a palavra o Presidente da Câmara, esclareceu que não há qualquer impedimento de ordem legal, dado que a rúbrica se mantinha em aberto e ainda que a deliberação de Câmara da proposta em causa, é anterior à decisão que a Assembleia irá tomar. Como tal, considerou perfeitamente legítima a aprovação que vier a ocorrer.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a inclusão da referida proposta na ordem de trabalhos, tendo a mesma merecido aprovação por vinte votos a favor e uma abstenção.

Posta à discussão, não houve inscrições para usar da palavra, posto o que o Presidente da Mesa, submeteu à votação a referida proposta, tendo a mesma merecido aprovação por dezanove votos a favor e duas abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Carlos Jerónimo nos seguintes termos: -"queria dizer que votei a favor, por o Snr. Presidente me ter informado da dúvida que eu tinha no aspecto legal, que era a única que aqui se poderia colocar".

Pinho
[Signature]

Seguiu-se também uma declaração de voto da Vogal Maria Antónia Pinho e Melo que justificou a sua abstenção "pela forma como o problema foi apresentado à Assembleia".

O vogal Armando Vieira, também fez uma declaração de voto nos seguintes termos: - " voto a favor porque acho que as obras não se podem impedir e devemos todos apoiar que elas andem muito rapidamente. Faço votos de que a velocidade com que se resolveu uma questão que era premente; que volte acontecer quando algum de nós deste lado da barricada, trazer uma questão deste tipo à Assembleia Municipal".

Dado o adiantado da hora o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 24,15 Horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.